

## AS PROPOSTAS E AS AÇÕES PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS GOVERNOS DO RIO GRANDE DO SUL DE 1971 A 2021

**Mareliza Fagundes de Araújo Duarte**  
Universidade Federal de Santa Maria  
<https://orcid.org/0000-0002-1111-7218>

**Mariglei Severo Maraschin**  
Universidade Federal de Santa Maria  
<https://orcid.org/0000-0002-9705-1896>

### Resumo:

O presente artigo aborda as propostas e as ações para a Educação Profissional, no período de 1971 a 2021, nos Governos Estaduais do Rio Grande do Sul. Parte da problematização de quais foram as propostas e as ações para a Educação Profissional, no período em análise, cujo objetivo foi verificar se houve propostas para a Educação Profissional nos planos de governo para o pleito majoritário estadual e, já na condição de governo, quais foram as ações desenvolvidas no período pesquisado. No estudo, utilizou-se da pesquisa documental e da análise dos documentos denominados de planos de governos e das Mensagens à Assembleia Legislativa dos governos de Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro, Ivo Sartori e Eduardo Leite com relação às propostas para a Educação Profissional e sua oferta na Rede Estadual de Educação. Conclui-se que no plano de governo da maioria dos governos não ficou claro a referência ou prioridade para a Educação Profissional, inclusive não se localizou a expressão 'Educação Profissional' em alguns deles, nem, tampouco, uma política própria para Educação Profissional. No entanto, ficou evidenciado que nos governos populares, em especial, no de Olívio Dutra, houve interesse e preocupação com a Educação Profissional.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Rede Estadual de Educação. Governos do Rio Grande do Sul

## PROPOSALS AND ACTIONS FOR PROFESSIONAL EDUCATION IN THE GOVERNMENTS OF RIO GRANDE DO SUL FROM 1971 TO 2021

### Abstract:

This article addresses proposals and actions for Professional Education from 1971 to 2021 in the State Governments of Rio Grande do Sul. It delves into the issue of what proposals and actions were taken for Professional Education during the period under analysis, aiming to verify if there were proposals for Professional Education in the government plans for the state's major elections and, once in office, what actions were developed during the researched period. The study employed documentary research and analysis of documents referred to as government plans and Messages to the Legislative Assembly from the administrations of Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro, Ivo Sartori, and Eduardo Leite regarding proposals for Professional Education and its provision in the State Education Network. It is concluded that in the government plans of the majority of administrations, there was no clear reference or priority for Professional Education, including the absence of the term 'Professional Education' in some of them, nor a specific policy for Professional Education. However, it was evident that in populist governments, especially Olívio Dutra, there was interest and concern for Professional Education.

**Keywords:** Professional Education. State Education Network. Governments of Rio Grande do Sul

## PROPUESTAS Y ACCIONES PARA LA EDUCACIÓN PROFESIONAL EN LOS GOBIERNOS DE RIO GRANDE DO SUL DE 1971 A 2021

### Resumen:

Este artículo aborda las propuestas y acciones para la Educación Profesional, desde 1971 hasta 2021, en los Gobiernos Estatales de Rio Grande do Sul. Se analiza cuáles fueron las propuestas y acciones para la Educación Profesional durante el período en estudio, con el objetivo de verificar si hubo propuestas para la Educación Profesional en los planes de gobierno para las elecciones estatales principales y, una vez en el cargo, qué acciones se desarrollaron durante el período investigado. El estudio utilizó la investigación documental y el análisis de documentos denominados planes de gobierno y Mensajes a la Asamblea Legislativa de las administraciones de Euclides Triches, Sinval Guazzelli, Amaral de Souza, Jair Soares, Pedro Simon, Alceu Collares, Antônio Britto, Olívio Dutra, Germano Rigotto, Yeda Crusius, Tarso Genro, Ivo Sartori y Eduardo Leite con respecto a las propuestas para la Educación Profesional y su provisión en la Red Estatal de Educación. Se concluye que en los planes de gobierno de la mayoría de las administraciones no hubo una referencia clara o prioridad para la Educación Profesional, incluida la ausencia del término "Educación Profesional" en algunos de ellos, ni una política específica para la Educación Profesional. Sin embargo, fue evidente que en los gobiernos populistas, especialmente en el de Olívio Dutra, hubo interés y preocupación por la Educación Profesional.

**Palavras Clave:** Educación Profesional. Red de Educación del Estado. Gobiernos de Rio Grande do Sul

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo, centrado na Educação Profissional (EP), teve como objetivo analisar as propostas e as ações da EP, na Rede Estadual de Educação do Rio Grande do Sul. Para isso, foi realizado estudo em documentos denominados plano de governo e mensagens, no período de 1971 a 2021, nos governos de Euclides Triches à Eduardo Leite. Assim sendo, o estudo apresenta um recorte de uma pesquisa de mestrado, cuja problematização sugere investigar quais as propostas e as ações dos governos estudados para a EP. Por “propostas”, teve-se o entendimento, linguagem denotativa, de algo que se propôs fazer, mas não bastava somente conhecer, também se fez necessário identificar quais as ações que foram realizadas com relação às propostas oferecidas pelos candidatos ao Governo do Estado à época.

Assim, tornou-se emergente conhecer a história da Educação Profissional no Brasil e no RS, como, também, contextualizar essas propostas e ações no período estudado e, igualmente, compreender como se constituiu a política para a Educação Profissional no Rio Grande do Sul.

Dessa forma, o entendimento de política educacional, segundo Souza, parte da compreensão que se tem de política pública:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que ou como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2003, p. 26).

Azevedo (2003, p. 38), esclarece que o conceito de política pública “é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. Dessa forma, idealiza-se uma política educacional capaz de atender as demandas necessárias ao oferecimento de Educação justa e igualitária para todos, conforme Constituição Federal, no seu artigo 205:

Art: 205 A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, art. 205).

Partindo do conceito de política pública e da concepção de Educação, imergiu-se na pesquisa e na análise documental de treze governos estaduais (1971 a 2021). Após a análise de conteúdo, organizou-se esse artigo em tópicos: o primeiro, aborda os referenciais metodológicos e a organização do estudo; o segundo, destaca as sínteses das principais propostas e ações nos governos estudados e, por último, apresenta as considerações finais sobre a oferta da Educação Profissional, na Rede Estadual de Educação, nos governos de Euclides Triches à Eduardo Leite.

### **Abordagem Teórica- Metodológica do estudo**

O artigo parte da abordagem qualitativa, em razão de se refletir sobre o fenômeno desse estudo, na interpretação de como se deu a oferta da Educação Profissional na Rede Estadual de Educação, nos governos do Rio Grande do Sul, de 1971 a 2021, ou seja, quais propostas e ações foram desenvolvidas. Para isso, nos dados produzidos buscou-se nos planos de governo e nas Mensagens (do último ano de cada governo), encaminhadas à Assembleia Legislativa do RS. Esses documentos foram localizados em sites oficiais do governo do Estado do RS. A justificativa da

utilização do documento “plano de governo” é por ser documento obrigatório<sup>1</sup> para o (a) candidato(a) que desejou concorrer ao pleito eleitoral; por ser público e de fácil acesso virtual, uma vez que o estudo foi desenvolvido durante a pandemia e com as medidas cautelares de prevenção epidemiológica, optou-se por uma pesquisa segura, através do material digital.

Os planos de governos foram localizados nos sites oficiais do Governo do Estado do RS, no Palácio Piratini e, também, no Site do Tribunal Regional Eleitoral do RS, no item Prestações de Contas. A opção pelas Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa por serem documentos que todos os candidatos apresentam e estarem disponíveis em fácil acesso digital, nos sites oficiais do Estado do RS, pois, conforme o artigo 82, inciso XII, da Constituição Estadual do Estado do RS (1989): “prestar à Assembleia Legislativa, até 15 de abril de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo, em sessão pública”, documentos esses de fácil acesso digital.

Os documentos em questão são de grande importância para a pesquisa, pois foram as principais fontes empregadas no estudo. Para Cellard (2012, p. 295), a “capacidade da memória é limitada, não se consegue memorizar tudo, como também, pode alterar lembranças, esquecer fatos importantes ou deformar acontecimentos”. Dessa forma, (idem) por “possibilitar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito, constitui uma fonte extremamente preciosa para o pesquisador [...]”. Conceituar documento (ibidem, p. 296) não é uma tarefa fácil, “definir documento representa em si um desafio”. Cellard (2012) orienta sobre a avaliação dos documentos, na qual se constitui a primeira etapa de toda análise documental que se aplica em cinco dimensões: o contexto, o autor, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chaves e a lógica interna do texto e a análise documental, atrelada aos passos metodológicos iniciais como a preocupação da pesquisadora em preparar o documento para análise, mantendo uma ritualística necessária no estudo do documento.

Observa-se a preocupação com o contexto histórico em que os fatos ocorreram, ou seja, a elaboração do documento, a conjuntura sócioeconômico-cultural

---

<sup>1</sup> Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, artigo 11 (redação dada pela Lei n.13.165, de 2015), parágrafo 1º, inciso IX (incluído pela Lei n.12.034, de 2009): “proposta definidas pelo candidato a Prefeito, a Governador e a Presidente da República”(BRASIL, 1997)

e a política (partido político ou coligação) do autor do documento (do/a Governador/a). Dessa forma, procurou-se analisar o contexto histórico no período em que os planos de governo foram elaborados, como, também o reconhecimento da autoria, da biografia, como um recurso para “conhecer a maneira de pensar” do titular da proposta, como, também, identificar o partido político e ou coligação no qual o governador (a) se elegeu. Cellard (2012, p. 301) recorda que é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”, evitando dúvida sobre a origem da procedência e autoria do plano de governo.

Os conceitos-chaves foram observados no desenvolver da pesquisa, assim como a lógica interna dos textos redigidos nos planos de governo, como também, o contexto, a importância e o sentido no texto. Em outras palavras, como afirma May (2004), é saber que os documentos não existem isoladamente e, sim, em uma estrutura teórica para que o conteúdo seja compreendido.

Para as Mensagens encaminhadas à Assembleia Legislativa, do período de 1971 a 2021, estudou-se a última mensagem no qual correspondia ao último ano de administração, e nela, se constatou uma referência com relação às principais ações realizadas durante a gestão. Utilizou-se o procedimento de ler o ofício de encaminhamento, no qual houve a preocupação de fazer um breve relato de como se encontravam os “negócios do Estado” e, na sequência, a leitura e análise das laudas relacionadas à Pasta da Secretaria de Educação do Governo Estadual e, de acordo com o período, se não discriminada, (a Pasta) buscava-se pelas páginas que traziam informações sobre a Educação ofertada pelo Estado, em específico, a Educação Profissional.

Importante ressaltar que, no estudo, observou-se continuamente nos treze governos estudados, a relação à Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha com o Estado, pois embora a Fundação seja regida pelo Direito Privado, apresenta-se sob *status quo* de Escola Pública Estadual e Técnica, devido a participação do Estado na Fundação.

Com relação à análise de conteúdo e o estudo documental, na visão de Bardin (2016) a documentação “permanece uma atividade muito circunscrita e a análise documental, pouco conhecida do profano, é um assunto para especialistas” (Bardin, 2016, p.47). No entanto, a autora registra que “alguns procedimentos de tratamento

da informação documental apresentam analogias com a análise de conteúdo" (idem), razão de aproximar esta pesquisa documental, visto que, segundo Bardin (2016) a "finalidade é sempre a mesma" (idem), isto é, "esclarecer a especificidade e o campo de ação da análise de conteúdos" (idem).

Assim, através da análise de conteúdos, na visão de Bardin (2016) as propostas de planos de governos, passaram pelas seguintes etapas: pré-análise, fase inicial de organização do material de estudo, assim sendo os dois documentos previamente selecionados - os planos de governo e mensagens encaminhadas para Assembleia Legislativa do governo de Triches (1971) a Leite (2021). Ressalta-se o ano final, em razão da renúncia de Eduardo Leite, em março de 2021; a segunda etapa, foi a leitura dos documentos, registrou-se as observações através da análise documental, com registros de informações pontuais sobre os dados produzidos. Por fim, na terceira etapa, o tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos resultados de acordo com os objetivos e a problematização do estudo.

No quadro 1, os Planos de Governo, o período, quadriênio/ano, denominação dada ao documento:

**Quadro 1 - Relação dos Planos de Governo do RS**

GOVERNADOR (A)	PERÍODO	PLANO DE GOVERNO
Euclides <b>TRICHES</b>	1971 - 1974	<b>Projeto Grande Rio Grande</b> Diretrizes de ação do Governo do Estado
Sinval <b>GUAZZELLI</b>	1975 - 1978	Estratégia de Ação Governamental
Amaral de <b>SOUZA</b>	1979 - 1982	Política de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul
Jair <b>SOARES</b>	1983 - 1986	Programa de Governo O Rio Grande somos nós. Faça a sua parte.
Pedro <b>SIMON</b> *Sinval <b>GUAZZELLI</b>	1987 - 1990 1990 - 1991	Diretrizes de Ação
Alceu <b>COLLARES</b>	1991 - 1994	Projeto Povo Grande do Sul Frente Progressista Gaúcha
Antônio <b>BRITTO</b>	1995 - 1998	Diretrizes para o Governo

Movimento Rio Grande Unido e Forte

Olívio <b>DUTRA</b>	1999 - 2002	Proposta de Governo da Frente Popular
Germano <b>RIGOTTO</b>	2003 - 2006	Diretrizes para o Governo
Yeda <b>CRUSIUS</b>	2007 - 2010	Plano de Governo Um novo jeito de governar
Tarso <b>GENRO</b>	2011 - 2014	Programa de Governo -Caderno de Propostas-
José <b>SARTORI</b>	2015 - 2018	Plano de Governo O novo caminho para o Rio Grande
Eduardo <b>LEITE</b> Ranolfo <b>Junior</b> <sup>2</sup>	2019 - 2022 2022	Programa de Governo Vamos Rio Grande

Fonte: Autoras (2022)

Da mesma forma, procedeu-se com as Mensagens, em que, optou-se pela última porque nela ocorre a presença de uma síntese sobre os últimos três anos de administração. Esta fase, foi o momento de leitura e preparação do material e apropriação histórica do momento em análise.

No quadro 2, a relação das Mensagens à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul selecionadas para estudo:

**Quadro 2 - Relação das Mensagens selecionadas**

GOVERNADOR (A)	QUADRIÊNIO	MENSAGEM/ANO
Euclides TRICHES	1971 - 1974	Mensagem 1974
Sinval <b>GUZZELLI</b>	1975 - 1978	Mensagem 1979
Amaral de <b>SOUZA</b>	1979 - 1982	Mensagem 1983
Jair <b>SOARES</b>	1983 - 1986	Mensagem 1987
Pedro <b>SIMON</b> Sinval <b>GUZZELLI</b>	1987 - 1990 1990- 1991	Mensagem 1991
Alceu <b>COLLARES</b>	1991 - 1994	Mensagem 1995 parte I (educação)
Antônio <b>BRITTO</b>	1995 - 1998	Mensagem 1999
Olívio <b>DUTRA</b>	1999 - 2002	Mensagem 2003
Germano <b>RIGOTTO</b>	2003 - 2006	Mensagem 2006

<sup>2</sup> Eduardo Leite renuncia em 2021 e assume o vice-governador.

Yeda <b>CRUSIUS</b>	2007 - 2010	Mensagem 2010
Tarso <b>GENRO</b>	2011 - 2014	Mensagem 2014
José <b>SARTORI</b>	2015 - 2018	Mensagem 2018
Eduardo <b>LEITE</b>	2019 - 2022	Mensagem 2021

FONTE: Autoras (2022)

Na sequência, as principais observações com relação as propostas para a Educação Profissional, nos planos de governo de Triches à Leite.

### **Síntese dos Planos de governo e as Mensagens à Assembleia Legislativa dos governos estaduais de 1971 a 2021.**

No período estudado neste artigo, observou-se que de 1971 a 1985, os governos estaduais passaram a ter considerável influência do governo federal na administração do Estado Gaúcho, principalmente no que se refere à eleição dos governadores quando indicados e votados de forma indireta. No período em questão, o Regime civil-militar, com início em 1964, proibiu o pluripartidarismo através do Ato Institucional (AI) Nº2, permitindo somente dois partidos no Brasil. Os militares eram apoiados pela Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e a oposição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Os governadores eleitos faziam parte do mesmo partido político e comungavam das mesmas ideias e ações dos militares enquanto durou no Brasil o Regime Civil-militar. Com isso, no Rio Grande do Sul, de Triches até Jair Soares, foi um período que esses governadores administravam em sintonia com as propostas e ideologias do governo federal, ou seja, o governo federal decidia e cabia ao Estado executar as propostas, visando desenvolvimento econômico do país e do capitalismo.

No contexto, a Educação era projetada para a mão-de-obra servir as indústrias e as fábricas instaladas no Brasil e no RS. O Magistério Normal, nesse período foi entendido como um Curso de Nível Médio a parte, ou seja, Ensino Profissionalizante.

Com relação aos governos sob influência do Regime Civil-Militar, os governos de Euclides Triches, Sinval Guazelli, Amaral de Souza e Jair Soares, foi possível identificar que não houve uma política específica para a Educação Profissional. Embora existiam projetos e alguns programas oriundos do governo federal. Estes não



ficavam claros em qual Secretaria estava sendo mais incentivada, pois, nas mensagens e nos Planos de Governos, não há uma exposição aprofundada sobre o tema e a indicação das Secretarias. Portanto, nos governos em debate, a oferta da Educação Profissional se resumia ao que a legislação determinava e de acordo com o olhar do contexto social da época apontava. Convém anotar, como exemplo, que em 1971 aconteceu a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, e a Lei 5.692/71 alterou o ensino no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul, uma vez que o 2º grau passou a ser profissionalizante.

Com a criação (1967) da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, regida pelo Direito Privado, embora tenha *status quo* de Escola pública e técnica, pois o Estado investiu e passou a utilizar como referência da oferta de Educação Profissional pelo Estado, inclusive detalhando nas Mensagens à Assembleia sobre o número de vagas, atividades desenvolvidas e cursos ofertados.

Com o fim do Regime Civil-militar, a mudança no cenário político brasileiro com o retorno do pluripartidarismo no Brasil, as ideologias partidárias trouxeram influências na elaboração de projetos e programas e repasse de verbas públicas. No plano de governo de Simon, não houve a identificação da expressão Educação Profissional, mas na Mensagem é feita referência de maneira vaga, à Educação Profissional, como também se refere à Fundação Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha para identificar a oferta pelo Estado pois, no seu governo, não havia política de Educação Profissional própria (política de governo), mas, sim, alguns programas e projetos vinculados ao ensino profissionalizante e técnico de forma geral.

No plano de governo de Pedro Simon, não se identificou a expressão Educação Profissional, embora houve a oferta desse tipo de educação, conforme relato da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha como importante papel com relação à Educação Profissional e, também, de outras atividades descritas nas mensagens, que relacionam de forma generalizada a oferta da Educação Profissional. Não se identificou uma política própria do estado para Educação Profissional, na Rede Estadual do RS.

Já, no governo de Alceu Collares, houve compromisso com a educação popular através da reativação das escolas técnicas, criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS) profissionalizantes, como também, readequação das

antigas escolas polivalentes, embora não tenha havido uma política para Educação Profissional própria do estado. Como no governo anterior de Simon, somente projetos e programas para atender alguma demanda em específico.

No governo do Antônio Britto, ao construir seu plano, inicialmente, utilizou pouquíssimas vezes as expressões *ensino técnico*, *Educação Profissional* ou *ensino profissionalizante*, no entanto, foi o governo que criou a Superintendência da Educação Profissional do Estado, Lei 11.123/98 com a finalidade de implementar e acompanhar as políticas estaduais para a Educação Profissional. No entanto, não houve registro de política própria para Educação Profissional nem no Plano de Governo e nem na Mensagem Final à Assembleia neste governo.

No governo de Olívio Dutra, representado pela Frente Popular, apareceu o cenário da Proposta de Educação Profissional no Plano de Governo. Houve significativas mudanças para a Educação, Constituinte Escolar, Regimento nas Escolas e Plano Político Pedagógico, entre outras implantações do governo nas escolas estaduais. Com isso, houve variedade de projetos desenvolvidos através de parcerias, convênios, uso de verbas estaduais e federais e criação de novos cursos técnicos, sem haver uma política própria para a Educação Profissional na Rede Estadual de Educação.

No plano de governo de Germano Rigotto, houve o registro da proposta de expansão e diversificação da Educação Profissional, em função das exigências do mercado de trabalho e o desenvolvimento de projetos, convênios e outras ações para garantir a oferta da Educação Profissional na Rede Estadual. No entanto, não houve uma política de Educação Profissional própria para o Estado.

Já no governo de Yeda Crusius, primeira governadora do Rio Grande do Sul seu plano de governo apresentou uma proposta para diversificar a oferta de cursos técnicos, primando pelas parcerias com o setor privado e buscou consolidar a UERGS como uma Universidade que oferecesse Cursos na modalidade Tecnólogos. Na Mensagem encaminhada à Assembleia, relatou a execução de projetos e programas desenvolvidos em parceria (público e privado) e com repasse de verbas públicas, como, também, incluiu a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha como referência de oferta de Educação Profissional no Estado. No entanto, não há descrição de uma Política de Educação Profissional própria do Estado.

Foi no governo popular de Tarso Genro que houve o compromisso com a Democracia e com a Participação Popular, na construção de uma educação com qualidade e a qualificação do Ensino Médio e Profissional, pois defendeu, no Plano de governo, o direito à educação e à preparação para o trabalho. No plano de governo, houve também uma política geral em que a democratização da Educação era realizada em três dimensões: democratização da gestão, acesso ao ensino (escola) e acesso ao conhecimento com qualidade (profissional e intelectual). Essas dimensões deveriam garantir a oferta, o acesso e a permanência na Escola. No entanto, na Mensagem encaminhada para Assembleia Legislativa, houve relatos de projetos e programas, a Fundação Liberato Salzano Vieira da Cunha com a oferta da Educação Profissional, como, também, de forma geral, nas Mensagens, indicou uma atenção mais estreita com a Educação Profissional, porém, não se observou a descrição de uma Política Pública de Educação Profissional própria do Estado.

Destaca-se que os dois últimos governos (Sartori e Leite) enfrentaram gravíssima crise financeira no Estado. No plano de governo de Sartori, houve a referência à Superintendência de Ensino Profissionalizante da Secretaria Estadual de Educação - SUEPRO, no entanto, as expectativas ficaram em segundo plano, visto que a crise interferiu no desenvolvimento das ações e, no período não houve uma política de governo para a educação do estado com relação à Educação Profissional.

O plano de governo de Leite foi organizado em eixos estruturantes: governança para uma agenda comum; Estado Sustentável (planejamento, gestão e finanças); sociedade com qualidade de vida (social) e desenvolvimento empreendedor (desenvolvimento) e, no plano, houve pouca referência para a Educação Profissional e não houve uma política própria do Estado.

Em síntese, pode-se observar que nos governos estudados, de 1971-2021, os governos estaduais ofertaram a Educação Profissional, hora cumprindo com o repasse de programas federais, hora garantindo uma abordagem ideológico de campanha e, no cenário gaúcho, não se visualizou uma política de Educação Profissional de governo ou um tratamento prioritário. Convém observar que a Educação Profissional foi, por várias vezes, associada às necessidades do mercado de trabalho, da mão-de-obra e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

## Considerações Finais

Importante observar que, durante a realização deste estudo e, ao ler os planos de governo e as mensagens à Assembleia Legislativa, apontou-se a necessidade de conhecer a política e o contexto histórico em que as propostas e as ações estiveram inseridas. Embora um terreno fértil para pesquisa, encontrou-se pouquíssimo material para suporte bibliográfico, razão de se fazer um levantamento a priori para identificar possíveis fontes de consulta.

Durante o estudo, foi possível observar que os governos populares, Collares, Olívio Dutra e Tarso Genro apresentaram planos de governo e ações que apontam um movimento de construção sobre política de Educação Profissional, no entanto, não se vislumbrou uma política pública específica própria. Pode-se considerar, que nos outros governos, sob Regime civil-militar, cujos partidos e coligações dos governos, nos quais os partidos eram da direita e centro, a Educação Profissional foi associada ao desenvolvimento econômico e ao capitalismo; já nos governos populares, passou a ser construída com o olhar voltado para o trabalhador, num contexto de integração plena do trabalhador com o exercício da cidadania e ao preparo para o trabalho.

Há muito o que avançar com relação à pesquisa sobre Educação Profissional, na Rede Estadual de Educação do Estado do RS, e projeta-se em uma Educação que permita o crescimento de todos e todas, como se refere (Maraschin, 2016, p. 51) ao citar (Vieira Pinto, 2010, p. 48) “A forma da Educação tem que ser aquela que permita a grandes camadas da população passar à etapa imediatamente seguinte em seu processo de desenvolvimento”. É nessa busca que se encontra a Educação Profissional, quando se projeta no e para o trabalhador e trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2016.

BRASIL. **Portaria nº 67, de 6 de fevereiro de 1987.** Cria Unidades de Ensino Descentralizadas. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3196334/dou-secao-1-10-02-1987-pg18/pdfView>. DOU de 10 de fevereiro de 1987, Seção I, p. 2062.

BRASIL. **Lei Nº 9.504, DE 30 de setembro de 1997.** Estabelece normas para as eleições. Disponível em: [[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%209.504-1997?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%209.504-1997?OpenDocument)] Acesso em 22/11/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CELLARD, A. A análise documental. In POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico.** Tradução Ana Cristina Nasser. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO CEEEd-RS. **Parecer Nº 156/2012.** Disponível em: <https://ceed.rs.gov.br/upload/arquivos/202001/17165706-1339683703pare-0156.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

MARASCHIN, Mariglei Severo. Desafios da Educação Profissional: por um trabalho pedagógico no Ensino Médio Integrado. **Revista de Ciência e Inovação**, v. 1, p. 43, 2016.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processo.** Porto Alegre, Artmed, 2004.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre educação de adultos.** 16. ed. São Paulo: Cortez. 2010.